

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E PROCESSOS INCLUSIVOS**

**Sônia Regina Silva Pedroso**

**As Concepções de Educação Especial e Inclusão Escolar de  
Professores da Educação Infantil e do I ciclo de uma Escola de  
Ensino Fundamental Comum da Rede Municipal  
de Ensino de Porto Alegre**

Porto Alegre

2012

**Sônia Regina Silva Pedroso**

**As Concepções de Educação Especial e Inclusão Escolar de  
Professores da Educação Infantil e do I ciclo de uma Escola de  
Ensino Fundamental Comum da Rede Municipal  
de Ensino de Porto Alegre**

Trabalho de Conclusão do Curso de  
Especialização em Educação Especial  
e Inclusão Escolar, do Programa de  
Pós-Graduação em Educação da  
Faculdade de Educação da  
Universidade Federal do Rio Grande  
do Sul.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mauren Lúcia  
Tezzari

Porto Alegre

2012

*A Deus*

*À minha avó, Maria Aneci Vargas Pedroso, pela sabedoria e carinho com que me ensinou a nunca desistir dos meus desejos e sonhos (In Memorium).*

*Aos meus pais, Nilcio Luis Vargas Pedroso e Ana Maria da Silva Pedroso pelo carinho e dedicação.*

*Aos meus irmãos, Nilcio Luis da Silva Pedroso (Junior) e Anna Carolina da Silva Pedroso, pelo carinho, atenção e força nas horas mais difíceis da minha vida.*

*Aos meus alunos que como as estrelas do céu abrilhantam o meu trabalho docente.*

## RESUMO

O presente estudo é fruto das inquietações e dificuldades surgidas durante a prática educativa no interior da sala de aula comum com alunos com necessidades educativas especiais na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (RME). Tem como objetivo identificar, conhecer e interpretar algumas concepções de educação especial e inclusão escolar de professores que atuam na educação infantil e no I ciclo de uma escola comum da RME de Porto Alegre no período de maio a julho de 2012. A pesquisa utiliza a análise de questionários para conhecer algumas das concepções dos professores sobre educação especial e inclusão escolar. Compreender as concepções de educação especial e inclusão escolar dos professores da educação infantil e do I ciclo que atendem alunos com necessidades educativas especiais em sala de aula comum possibilitou identificar que os professores possuem algumas noções básicas e gerais sobre esses assuntos e que acreditam que somente os profissionais especializados podem atender e ensinar os alunos com necessidades educativas especiais. Esta breve pesquisa além de auxiliar na compreensão das concepções dos professores possibilita através destes dados começar a pensar em estratégias de formação com e para os professores no interior das escolas da RME, buscando dar conta de uma inclusão efetiva e de qualidade aos alunos com necessidades educativas especiais nas salas de aula comum da RME de Porto Alegre.

**Palavras-Chave:** Educação Especial. Inclusão Escolar. Sala de Aula Comum. Formação de Professores.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>2. A PROBLEMÁTICA QUE SE MATERIALIZA NO CONTEXTO DA SALA DE AULA COMUM.....</b>	<b>9</b>
<b>3. DA PRÁTICA EDUCATIVA À CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA.....</b>	<b>14</b>
3.1. Objetivo Geral.....	14
3.1.2. Objetivos Específicos.....	14
3.2. Caminho Metodológico.....	15
<b>4. AS CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO ESCOLAR DOS PROFESSORES: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA AS PRÁTICAS EDUCATIVAS EM SALA DE AULA COMUM.....</b>	<b>16</b>
4.1. As concepções de Educação Especial dos professores.....	16
4.2. As concepções de Inclusão Escolar dos professores.....	23
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>29</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>31</b>
<b>APÊNDICE A</b>	

## INTRODUÇÃO

O presente estudo é fruto das inquietações, dúvidas e dificuldades surgidas durante o trabalho docente no interior da sala de aula de uma escola de ensino comum com alunos com necessidades educativas especiais. A falta de conhecimento para atender estes alunos leva-me a buscar o curso de especialização em Educação Especial e Processos Inclusivos para aprender as peculiaridades do trabalho junto a esses alunos.

As inquietações e interrogações surgidas durante a prática educativa devido à escassa formação nessa área do conhecimento, assim como a inserção de alunos com necessidades educativas especiais nas salas de aula das escolas de ensino comum da Rede Municipal de Porto Alegre<sup>1</sup>, fizeram-me pensar sobre o que PAIM (1987) designa de ignorância. Ignorar algo que não é conhecido, mas que faz parte da vivência, como ter alunos com várias necessidades educacionais especiais e não saber o que e como ensinar, me faz questionar o meu trabalho de professora e aproxima-me deste curso.

De 2000 a 2001 trabalhei como monitora (estágio remunerado oferecido pela Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre) em uma escola da zona sul. Naquele período deparei-me com muitas dificuldades atendendo as 22 turmas da manhã, pois como monitora de sala supria a falta de professores todos os dias.

Concluída essa etapa e já formada começo a lecionar na referida rede de ensino de Porto Alegre em 2007 com a expectativa de conseguir realizar um trabalho de qualidade considerando as formações acadêmicas concluídas em 2002 e 2006<sup>2</sup>.

Conhecia um pouco da realidade da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre desde a época que fui monitora<sup>3</sup> mesmo assim me deparei com problemas que transpunham os conhecimentos aprendidos no curso de Pedagogia, uma vez que trabalhava junto a alunos com graus variados de dificuldade (na fala, na motricidade fina e ampla, na visão, no entendimento das

---

<sup>1</sup> Todas as escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre situam-se na periferia da cidade.

<sup>2</sup> Conclusão dos cursos de Pedagogia Séries Iniciais em 2002 e Educação Infantil em 2006.

<sup>3</sup> De maio de 2000 a setembro de 2001 trabalhei como monitora (estágio remunerado) de sala em uma escola da RME de Porto Alegre na zona sul.

explicações, etc.) e sobre os quais, ao longo da graduação, tive apenas um breve contato na disciplina do então professor Hugo Otto Beyer<sup>4</sup>.

Como professora referência em um turno e professora volante em outro observo o crescente número de alunos com transtornos mentais (e algumas famílias inteiras, filhos e pais), problemas físicos, cognitivos entre outros em sala de aula comum que atendia em turmas de AP, BP e CP.

Além disso, constato que professores e equipe diretiva não discutem/problematizam nas reuniões pedagógicas e nas formações de responsabilidade da escola, a questão da Educação Especial. Esta discussão passa despercebida mesmo fazendo parte do dia-a-dia do trabalho do professor.

Entendo que isso possa ter origem na configuração da Educação Especial no Brasil que assumiu um lugar específico de atendimento paralelo em classes e escolas especiais. A Educação Especial (2008)

[...] **se organizou** tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico-terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que, por meio de diagnósticos, definem as práticas escolares para os alunos com deficiência. (Inclusão: Revista de Educação Especial, p.9-10).

Ainda hoje as concepções de educação especial dos professores estão impregnadas dessa visão de normalidade / anormalidade que constrói a idéia que o aluno com necessidade educacional especial só pode ser atendido /ensinado em instituições especiais e por profissionais com formação específica nessa área do conhecimento.

Infelizmente também encontramos essas concepções em um número significativo de famílias de alunos com necessidades educativas especiais que

---

<sup>4</sup> Durante esta disciplina visitamos a instituição Kinder (Centro de Integração da Criança Especial) e lembro que fiquei bastante inquieta com aquelas crianças e pensando se um dia teria capacidade para trabalhar com elas.

ajudam a manter essa crença e reforçam a exclusão / segregação / diferenciação dos filhos / alunos da sociedade e da escola comum. Nas últimas décadas com a discussão por diferentes setores da sociedade sobre os direitos das pessoas com deficiência originaram-se novas nomenclaturas/designações para se referir a estes como ressalta Tezzari:

Nas últimas décadas do século XX aconteceram mudanças bastante significativas. A procura por novas nomenclaturas, menos estigmatizantes, para fazer referência aos sujeitos dos quais essa área se ocupa, os avanços científicos que possibilitaram novos entendimentos a respeito das deficiências, síndromes e de seus efeitos, [...] a ampliação da valorização das intervenções educativas que consideram a pessoa em sua totalidade e que tenham um olhar mais voltado para suas possibilidades, suas potencialidades [...]. (2009, p. 36).

A partir dessas mudanças é que o trabalho “Concepções de Educação Especial e Inclusão Especial de Professores da Educação Infantil e do 1º Ciclo<sup>5</sup> de uma Escola de Ensino Fundamental Comum da Rede Municipal de Ensino” se insere nesta discussão.

Para a análise destas concepções busco subsídio teórico nas leituras dos textos de Baptista, Tezzari, Bridi, Xavier, Freire, Brandão, Streck, Fraga, entre outros, para *sulear*<sup>6</sup> esta caminhada.

A fim de facilitar ao leitor acompanhar o meu percurso lógico apresento a problemática que se materializa no contexto da sala de aula comum seguida da apresentação da prática educativa à construção do problema.

Destaco as concepções de educação especial e inclusão escolar dos professores e os limites e possibilidades para as práticas educativas em sala de aula comum através da leitura e análise das respostas dos questionários que foram aplicados entre maio e julho de 2012.

---

<sup>5</sup> Os professores que participam da pesquisa deste trabalho são da Educação Infantil, referências do I Ciclo, do Laboratório de Aprendizagem e da Educação Física que atendem essa faixa etária.

<sup>6</sup> O sentido de *sulear*, de acordo com Freire (1991), sugere construir paradigmas endógenos enraizados em nossas realidades, invertendo a lógica que foi historicamente determinando o destino de nossos povos de fora para dentro. Em *Educação como prática da liberdade*, ele defende que nossos países deveriam ser repensados com um pensamento autônomo, criador, próprio e não dependente de modelos alienantes importados do norte.



Na sequência apresento ao leitor as concepções de educação especial e inclusão escolar através de quadros com as respostas dos professores aos questionários.

Na última parte deste trabalho realizo as considerações finais que o estudo possibilitou, destacando que toda pesquisa sempre tem seus limites gerados pela proposta, mesmo porque o conhecimento é algo que se caracteriza pela incompletude.

## **2. A PROBLEMÁTICA QUE SE MATERIALIZA NO CONTEXTO DA SALA DE AULA COMUM**

O sonho pela humanização, cuja concretização é sempre processo, e sempre devir, passa pela ruptura das amarras reais, concretas, de ordem econômica, política social, ideológica etc., que nos estão condenando à desumanização. O sonho é assim uma exigência ou uma condição que se vem fazendo permanente na história que fazemos e que nos faz.  
Paulo Freire (1998, p. 99)

Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre é uma das mais qualificadas em termos de Brasil, mesmo assim esta aquém na discussão e formação dos professores dentro da escola<sup>7</sup> para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais tendo em vista a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008.

Foi por experiência própria ao averiguar a imensidão entre o que está escrito nas leis, decretos, resoluções e o que de fato acontece nos espaços escolares onde trabalho que acredito que a acessibilidade e a permanência<sup>8</sup> dos alunos com necessidades educativas especiais passa diretamente pela

---

<sup>7</sup> Faço referência a esta problemática, pois trabalho na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre desde 2007 e até o atual momento, nunca tive nas escolas que trabalho formações sobre a temática Inclusão e o trabalho com alunos com necessidades educativas especiais. Os temas sempre versam sobre práticas de ensino, avaliação, dificuldade de aprendizagem, de conteúdos e de formação de professores. O aluno de inclusão e as práticas de ensino com estes alunos são inexistentes.

<sup>8</sup> O programa BPC na Escola oferecido pelo governo federal visa fortalecer o acesso e permanência dos alunos de 0 a 18 anos com necessidades especiais (a um ensino de qualidade nas escolas comuns) a partir do levantamento de dados sobre a estrutura física da escola e dos números de alunos matriculados.

capacidade da Secretaria de Educação e da escola oferecer ao seu elenco de professores formação permanente nessa área do conhecimento. Conforme Tezzari

A atual Política Nacional de Educação Especial (2008) situa-se em uma perspectiva inclusiva, preconizando o ingresso, a permanência e avanço nos estudos e a efetiva aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas de ensino comum, refletindo e confirmando o movimento internacional, e também nacional, de ênfase nas propostas de inclusão escolar, especialmente a partir dos anos 90 no nosso país. (2012, p.1)

Com essa compreensão começo a construção dessa escrita que visa dialogar com algumas leituras feitas até o momento e as concepções de Educação Especial e Inclusão Escolar de seis professores da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. Entendo que a formação recebida por nossos alunos trazem em seu bojo as marcas das experiências educativas que os professores/educadores têm sobre ensino, aprendizagem, trabalho docente, ser professor, aluno normal, aluno especial, etc.

E como ressalta Tezzari

[...]A sala de aula constitui-se em um pequeno coletivo, na qual as relações vão sendo construídas, permeadas por muitos fatores, entre eles a história de cada um que ali está, os seus desejos, as suas resistências, as exigências legais que se refletem no trabalho. [...] Como atender, em sala de aula tão heterogênea, as necessidades de cada aluno considerando as suas peculiaridades e, ao mesmo tempo, garantir o avanço do grupo como um todo? [...] (2009)

Dechichi também fazendo referência a Jannuzi diz que

As concepções de deficiência explicitadas pelos educadores, em cada época, incorporavam as expectativas sociais existentes no momento histórico em que surgiam. Os padrões escolares que enfatizavam a manutenção da situação, da não desestabilização da ordem vigente, revelavam as expectativas sociais predominantes na época. Nesse contexto, segundo

Jannuzzi (1992), a concepção de deficiência passou a englobar diversos tipos de crianças que tinham em comum o fato de apresentarem comportamentos divergentes das normas sociais estabelecidas pela sociedade e veiculadas como padrões escolares. Assim, encontraremos agrupados, sob o mesmo rótulo de deficientes, alunos: indisciplinados, com aprendizagem lenta; abandonados pela família, com lesões orgânicas; com distúrbios mentais graves; enfim, toda e qualquer criança considerada fora do “padrão normal” e classificada como “anormal”. (DECHICHI 2011, p.11)

As práticas educativas estão encharcadas das nossas vivências, concepções políticas, de vida, de mundo que são traçadas desde o nosso nascimento pelas culturas as quais fazemos parte.

Discutir a diferença - que é vista no outro - durante as aulas, fez-me perceber todos são diferentes, todos somos especiais. Vivemos numa sociedade que destaca o que é normal e aceitável (uma única realidade cultural, social, etc) e todos tem que ser ou se esforçar para atingir este padrão. Essas regras na maioria das vezes não estão escritas em manuais, mas são introjetadas nas mentes das pessoas e passadas de geração para geração.

Outra questão muito importante e destacada durante a disciplina por vários colegas é o medo de lidar com o diferente, muitas vezes não desejamos determinado aluno não pela deficiência em si, mas sim pelo nosso não saber, ou seja, não saber o que fazer como atendê-lo nas suas especificidades, pois é mais fácil trabalhar com o conhecido como o dito normal, que não nos faz ter que pensar e agir diferente para dar conta da aprendizagem (e que facilita o nosso trabalho) do que ter que criar diariamente estratégias e práticas educativas para ensinar respeitando os tempos de cada um.

Conforme BRIDI (2010, p.7) a partir da compreensão dos sujeitos após a publicação do artigo 5º da resolução nº 2 de 2001 a população da educação especial aumentou substancialmente ao incluir um enorme contingente de crianças com dificuldade de aprendizagem destacando também que a maioria das dificuldades é produzida pelas práticas pedagógicas e escolares que são pouco refletidas no contexto escolar.

Compreendo que a autora destaca um fato muito relevante e que reflete o que muitas vezes ocorre dentro das salas de aula, de classificarmos os

alunos com detentores de uma necessidade especial só porque ele não aprende pela maneira que ensinamos.

Acabamos criando através de nossas práticas educativas, um número significativo de alunos classificados com portadores de necessidades educativas especiais, sendo que um dos problemas é a falta de uma reflexão crítica do nosso modo de ensinar e entender como o nosso aluno aprende. Esse modo de conceber a educação tem como base a concepção hierárquica do professor sobre o aluno ao qual Baptista refere-se

A história da educação mostra, com facilidade, como os lugares de quem ensina e de quem aprende são identificados por meio de diferenças hierárquicas que fizeram com que o educador não devesse pressupor o outro (aluno) como um interlocutor, no sentido pleno da palavra. Se essa reflexão é válida para a educação em geral, torna-se ainda mais enfática quando o aluno se constitui como um sujeito marcado pela “incompletude”, pela “diferença”, pela anormalidade. (2004, p. 2)

As práticas educativas de muitos professores ainda enfatizam métodos que não levam em conta a diversidade dos sujeitos que compõem o espaço da sala de aula comum. Essas práticas buscam dar conta da aprendizagem de alunos ditos normais que não tem grandes dificuldades para aprender. Trabalhar com a diferença e construir metodologias de trabalho diversificadas requerem estudo, tempo, buscas, empenho, querereres que nem sempre fazem parte do desejo do profissional. Segundo Fraga (2006, p.79) isso decorre pela existência

De uma “cognicidade”<sup>9</sup>, ou seja, de aprendizagens acumuladas e incorporadas por todos nós educadores e cidadãos, que se encontram ligadas ao plano do visível, isto é, da cidade e da escola que comumente reconhecemos, ambas constituídas por um modelo de gestão da cidade e da educação baseados historicamente em relações verticalizadas e **reprodutoras de práticas desconectadas com as**

---

<sup>9</sup>A autora concebe cognicidade como conhecimentos constituídos e construídos por aprendizagens resultantes das dinâmicas e redes sociais urbanas tecidas pelos indivíduos e grupos sociais nos diferentes espaços da cidade e instituições sociais, como a escola.

**realidades e necessidades dos seus cidadãos<sup>10</sup>.(2006, p.79).**

Com isso este trabalho de pesquisa pretende compreender um pouco das concepções de Educação Especial e Inclusão Escolar dos Professores da Educação Infantil e do I Ciclo de uma Escola Comum da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre a partir da leitura e análise de questionários, não tendo a pretensão de abarcar tudo sobre essas temáticas, mas sim, através da aproximação com essa realidade através de um dialogo com os autores construir um compromisso social e com a vida. Ressalto Paulo Freire que diz

O diálogo é conexão, relação epistemológica. O diálogo é a confirmação conjunta do professor e dos alunos no ato comum de conhecer e re-conhecer o objeto de estudo. Então, em vez de transferir o conhecimento estaticamente, como se fosse uma posse fixa do professor, o diálogo requer uma aproximação dinâmica na direção do objeto. (1993, p. 124).

Portanto o diálogo necessita ser um princípio educativo para todos os sujeitos que fazem parte da escola e principalmente dos professores que pensam e ensinam os alunos com necessidades educativas especiais. Sei que isso não é fácil para muitos professores, pois ainda ensinamos sobre a égide de quem fala é o professor e o aluno apenas ouve, ou seja, quem sabe é o professor, o aluno está ali para aprender da maneira que o professor acredita que deve ensinar. Mas devemos começar essa caminhada dialogando com todos os sujeitos desse processo.

---

<sup>10</sup> Grifo da autora.

### **3. DA PRÁTICA EDUCATIVA À CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA**

[...] não podemos, como seres imaginativos e curiosos,  
é parar de aprender e de buscar,  
de pesquisar a razão das coisas [...]  
Paulo Freire (2006, p.98)

As dificuldades para ensinar alunos com baixa visão, com problemas mentais e físicos de várias ordens de um lado, e de outro, a falta de discussão dentro da escola por parte dos colegas e equipe diretiva durante os momentos de formação criaram a necessidade de buscar cursos de formação fora do horário de trabalho para atender as minhas dúvidas de como ensinar os alunos com necessidades educativas especiais.

Estas dúvidas geraram o interesse em compreender o que os professores entendem por educação especial e inclusão escolar, já que estes temas passam despercebidos / esquecidos / negligenciados durante as formações oferecidas pelas escolas. E a partir destas dúvidas emergidas durante as práticas educativas, com o convívio com os colegas no espaço da escola apresento os objetivos deste trabalho.

#### **3.1. OBJETIVO GERAL:**

Esta pesquisa tem por objetivo geral compreender as concepções de educação especial e inclusão escolar de professores da educação infantil e do I ciclo de uma escola comum da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre.

#### **3.1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- 1) Identificar as concepções de educação especial dos professores da educação infantil e do I ciclo;
- 2) Conhecer as concepções dos professores sobre a inclusão dos alunos com necessidades especiais em salas de aula comum da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre.

### 3.2. CAMINHO METODOLÓGICO

O presente trabalho de pesquisa caracteriza-se pela coleta, leitura e análise de dados dos questionários respondidos pelos professores. Busca através de uma pesquisa qualitativa compreender as concepções de educação especial e inclusão escolar dos professores da educação infantil e do I ciclo de uma escola comum do Municipal de Porto Alegre e construir no coletivo escolar uma reflexão crítica frente à necessidade de formação nessa área do conhecimento para atender a crescente inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em salas de aula comuns.

O método como a complexa trama composta de finalidade, dos objetivos, da realidade do objeto, dos sujeitos, do tempo e do espaço, não é algo à parte da pesquisa, mas vai reconfigurando-se constantemente no diálogo com e entre esses fatores (STRECK, 2006, p. 273). O método utilizado para a coleta dos dados no período de maio a julho de 2012 constituiu-se da seguinte maneira:

- 1) Coleta de dados através de um questionário que foi aplicado em 6 professores da rede municipal de ensino de Porto Alegre, sendo um da educação física, um do laboratório de aprendizagem e quatro professores referências.
- 2) Leitura e análise dos questionários. Ver anexo A.

A análise dos questionários respondidos pelos professores contribui para a compreensão de algumas concepções de educação especial e inclusão escolar no interior da escola comum. Também possibilita pensar na organização de formações específicas nessa área do conhecimento buscando trabalhar as dúvidas expressas nos questionário.

Nesta pesquisa, a população é constituída por seis professores (o número foi reduzido devido ao curto tempo para a coleta e análise dos dados) que responderam a um questionário no período de maio a julho de 2012. Estes atendem a educação infantil e I ciclo do ensino fundamental da rede municipal de ensino de Porto Alegre.

O modo de identificação dos professores será pela utilização da letra inicial maiúscula e em negrito dos seus nomes. Todos os professores possuem

graduação. Dos seis professores que preencheram os questionários, cinco tem especialização. E destes cinco, dois tem mestrado concluído.

3) Leitura de referencial teórico.

#### **4. AS CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO ESCOLAR DOS PROFESSORES: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA AS PRÁTICAS EDUCATIVAS EM SALA DE AULA COMUM**

##### **4.1. AS CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DOS PROFESSORES**

Ao responderem a primeira questão do questionário os professores salientam que os alunos já vieram com diagnóstico médico ao chegarem à escola. E que na maioria dos casos a família percebeu desde o início que a criança tinha alguma necessidade especial e buscou atendimento médico.

Observou-se também que só um professor (quadro 2) relata que um aluno ingressou na escola recentemente, os demais já tinham freqüentado pelo menos um ano conforme quadro abaixo. Nos quadros 1 e 2 os professores destacam as necessidades especiais de seus alunos e se freqüentaram a escola anteriormente.

<b>Quadro 1- Necessidades Educativas Especiais</b>	
<b>D-</b> Dificuldade visual e problemas motores.	<b>Z-</b> Dois alunos com altas habilidades e dois alunos que apresentam atraso no desenvolvimento cognitivo
<b>S-</b> Síndrome de Down.	<b>J</b> - Surdez e encurtamento do braço
<b>E-</b> Síndrome de Down, deficiência visual, deficiência mental leve, cadeirantes, lesões faciais decorrentes de maus tratos e problemas decorrentes de alcoolismo na gestação.	<b>V</b> - Síndrome de Down e Deficiência Visual e motor.



<b>Quadro 2 - Frequentou a Escola Anteriormente</b>	
<b>S-</b> Ela frequentou o maternal II	<b>E</b> – Na maioria dos casos o aluno já tinha frequentado o 1º ano do 1º ciclo.
<p><b>Z-</b> <u>Alunos com Altas Habilidades:</u> <u>Alunos com necessidades educacionais especiais:</u></p> <p><b>Aluno “A”:</b> Frequentou a JA de uma escola da RME<sup>11</sup> e em março, sendo logo em seguida, no mesmo mês avaliado pelo SOP e averiguado que o aluno estava alfabetizado na linguagem escrita e no pensamento matemático, ingressando assim em uma turma de alfabetização, a qual eu era a professora regente. Nesta época foi feito um trabalho de alfabetização diferenciado (aspectos formais da escrita, visto que, o aluno já sabia ler e escrever.</p> <p><b>Aluno “B”:</b> O aluno ingressou em nossa escola este ano. A professora regente foi informada pela SIR – de altas habilidades da frequência deste aluno em tal atendimento.</p> <p><u>Alunos com necessidades educacionais especiais:</u></p> <p><b>Aluna “C”:</b> Apresenta laudo médico e já frequentou em turno inverso 3 vezes por semana uma APAE e pela manhã frequenta o 5º ano do ensino fundamental.</p>	<b>V-</b> A menina com síndrome de Down, entrou no maternal. As crianças deficientes passaram por escolas Municipais, antes de entrarem na escola.

<sup>11</sup> O nome da escola citado pela professora foi retirado para resguardar o local de trabalho dos professores que responderam este questionário.

<b>Aluna “D”:</b> Está no 5º do ensino fundamental e ainda não conseguiu concluir o seu processo de alfabetização.	
<b>J</b> - Ótima aluna, com desempenho acima da média.	<b>D</b> - Nunca havia estado na escola, entrou para a Educação Infantil, último nível.

Conforme os professores os alunos na sua maioria freqüentaram escola comum pública. Destes alunos, três freqüentaram também escola especial pública e uma freqüentou escola especial privada.

Quanto à formação específica na área da educação especial metade dos professores tem alguma formação e/ou curso e a outra parte nenhuma. Mesmo com as discussões mais freqüentes nas duas últimas décadas sobre a educação especial, percebemos nessa pequena amostragem que os professores sentem-se despreparados, não tem formação ou muito pouca para conseguir atender as peculiaridades da demanda cada vez maior da inserção dos alunos com necessidades educativas especiais nas salas de aula comum das escolas públicas.

A professora **E** que possui formação em Braille não consegue visualizar a importância deste curso na prática, pois somente num segundo momento (mais adiante na sua escrita afirma a importância do curso) percebe que esta formação é importante para os alunos cegos e/ou com baixa visão que virem a freqüentar a escola.

O quadro abaixo apresenta a formação que os professores possuem na área da educação especial.

<b>Quadro 3 – Formação em Curso da Área da Educação Especial</b>	
<b>D</b> - Não	<b>S</b> - Não
<b>Z</b> - Sim. Estudos adicionais do ensino médio (deficiência auditiva). E pós-graduação em Psicopedagogia.	<b>J</b> - Clínica de voleibol paraolímpico, específico no campo da Educação Física.
<b>V</b> - Sim, curso fornecido pela SMED.	<b>E</b> - Não, a não ser curso de Braille.

Na resposta dos professores a pergunta: O que é educação especial? Esta explicita conhecimentos de alguns conceitos gerais e básicos sobre Educação Especial. O que foi destacado em negrito e sublinhado é o que chamou mais atenção nas leituras dos questionários e que será mais analisado, pois apresentam elementos importantes para pensar as concepções de educação especial e os limites e possibilidades ao trabalho do professor durante as aulas nas salas de aula comum, com alunos com necessidades educativas especiais.

**Professor J** – A educação especial é uma **abordagem relacionada às pessoas com necessidades educacionais especiais.**

**Professora E** – São as **oportunidades oferecidas** para **crianças especiais,** de **maneira especial e diferenciada,** com **recursos e estrutura** adequadas para tais necessidades.

**Professora S** – Tem um **atendimento individualizado,** ou seja, uma educação que realmente vai atender as necessidades do aluno.

**Professora V** – Eu entendo que as crianças com necessidades especiais, precisam de uma **educação diferenciada,** para atender e desenvolver suas habilidades.

**Professora Z-** São alunos com necessidades educativas especiais atendidas **por profissionais da educação devidamente habilitados** para trabalhar com esta clientela.

**A professora D -** **Atendimento educacional** a crianças portadoras de necessidades especiais.

Analisando essas respostas observamos que todos destacam que a educação especial para alunos com alguma deficiência precisam ter: recursos, estrutura física, uma educação/atendimento diferenciado e profissional habilitados. Quanto aos profissionais habilitados quem são eles? Uma professora destaca que são aqueles devidamente habilitados, ou seja, que possuem formação específica nessa área do conhecimento.

Na leitura dos questionários os professores destacam a necessidade de um trabalho diversificado com os alunos, mas esse é salientado somente para o aluno com necessidades educativas especiais.

Entendo que enquanto os professores não compreenderem que as práticas educativas oferecidas nos diferentes níveis de ensino (da escola pública e privada) necessitam ser diversificadas para atender a todos em suas especificidades a educação continuará excluindo e criando um número maior de alunos que acabam sendo classificados de especiais.

Tezzari destaca que

Essa perspectiva inclusiva que vai de encontro à escola homogeneizadora que conhecemos, uma vez que para poder trabalhar com essa diversidade em sala de aula, é preciso considerar diferentes ritmos, formas e modalidades de aprendizagem, sem perder de vista o coletivo. No trabalho cotidiano, temos visto que esse processo é complexo e envolve mudança de muitos aspectos, como aqueles referentes às condições físicas dos espaços escolares, flexibilização do currículo, apoio aos professores, inovação pedagógica, assim como a formação inicial e continuada dos mesmos. (2009, p. 34)

As respostas dos professores sobre a educação especial e a Inclusão apresentam uma noção sucinta, pois a leitura do material remete a pensar que estas se constituem somente pela oferta de estrutura física e alguns professores para atendimento aos alunos.

Percebesse que essa visão parte de uma dissociação entre teoria e prática, onde uma sobressai-se sobre a outra. Mas ela depende da compreensão dos professores sobre o que é a educação especial e incluir de fato para poder mudar e redimensionar a prática educativa, no sentido de conciliar a busca de todos os alunos em termos de construção de conhecimentos, com suas necessidades e possibilidades (Tezzari, 2002).

.Os professores destacam a importância do trabalho diferenciado, mas apresentam uma compreensão superficial e até relutância ao entender o direito que o aluno com necessidades educativas especiais tem de frequentar a sala de aula comum quando uma professora diz que esse tipo de aluno, “**dificulta o manejo dos demais alunos**”, pois exige mais atenção, tempo e dedicação.

Na resposta da professora **E** isso fica explícito e reflete a dificuldade que muitos colegas do magistério têm em ensinar alunos com necessidades educativas especiais em turmas comuns. Para muitos isso é um desafio, pois

as suas práticas educativas terão que ser repensadas e adaptadas para atender esses alunos.

Compreendo que os espaços de discussão nas escolas comuns através de reuniões semanais e formações oferecidas pela equipe diretiva apenas esta começando, precisamos de espaço físico, de estrutura, formação permanente, mas acima de tudo começar a problematizar com o grupo de professores, em primeiro lugar, que todo aluno tem direito a ter acesso à educação em escolas comuns e públicas. Os alunos independentemente das suas dificuldades precisam ser respeitados nas suas singularidades, pois são cidadãos como qualquer um de nós. Precisamos ter bem claro que não é uma escolha nossa com quem vamos trabalhar ou não, é um direito do aluno de estar na escola e para aprender.

O programa BPC<sup>12</sup> na Escola oferecido pelo governo federal visa fortalecer o acesso e permanência dos alunos de 0 a 18 anos com necessidades especiais (a um ensino de qualidade nas escolas comuns) e vem ao encontro de uma sociedade mais democrática ao possibilitar que os alunos com necessidades educativas especiais transponham as barreiras da falta de vaga e estrutura física para alunos com essas especificidades e financeira.

É necessário da parte de todos os professores refletirem o que nos leva de fato a criar resistências ao trabalho com os alunos com necessidades educativas especiais. É por achar que é mais difícil, trabalhoso, por falta de formação, medo, etc.

No quadro a seguir os professores destacam que tipo de formação os profissionais precisam ter para atender os alunos com necessidades especiais.

<b>Quadro 4 – Que formação é importante/necessária para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais</b>	
<b>J-</b> Formação específica, conforme tais	<b>E-</b> Em primeiro lugar é necessário

<sup>12</sup> O BPC na Escola é um programa federal que objetiva: Monitorar o acesso e permanência na escola dos Beneficiários do Benefício da Prestação Continuada - BPC (com deficiência, na faixa etária de 0 a 18 anos), por meio de ações articuladas, entre as áreas da educação, assistência social, direitos humanos e saúde através das ações de pareamento anual entre os dados do Educa Censo e do cadastro administrativo do BPC DATAPREV do Ministério da Previdência Social/MPS e da identificação das barreiras que impedem o acesso das pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, à escola.

necessidades. <b>Formação permanente e uso de diferentes tecnologias</b>	<b>Formação</b> <b>querer trabalhar com esses alunos e ter o preparo necessário para cada caso.</b>
<b>S - Uma formação voltada para as necessidades especiais dos alunos, embasamento teórico</b> para que o professor tenha condições de enfrentar diferentes tipos de necessidades.	<b>V-</b> O educador deve sempre ser <b>acompanhado em sua prática, por uma equipe pedagógica. Buscar a teoria</b> também é necessidade básica, pois o conhecimento ajuda a entender fatores melhor o aluno com necessidades educacionais especiais
<b>Z-</b> Para trabalhar com alunos com necessidades educativas especiais, são necessários <b>profissionais habilitados no ensino superior na área de educação especial e médica (deficiências: visual, auditiva, mental e etc.).</b>	<b>D- Uma formação mais específica</b> em que se compreenda quais as possibilidades e necessidades de cada aluno, de acordo com a patologia apresentada.

De modo geral todos os professores destacam a necessidade de formação permanente nessa área do conhecimento (leitura de referencial teórico), profissionais habilitados em ensino superior; uso de diferentes tecnologias, acompanhamento de uma equipe pedagógica e querer trabalhar com esse tipo de aluno.

Os pontos destacados pelos professores são todos importantes, mas o principal ponto a meu ver é o que a professora **E** destaca que é o desejo por parte de todos os professores de querer trabalhar/ensinar os sujeitos com necessidades especiais. A autora Andrade reforça essa visão ao dizer

Portanto, quando falamos de inclusão escolar, não estamos nos referindo apenas ao acesso à matrícula; estamos falando **da implicação pessoal e profissional dos profissionais ligados à educação**. Essa implicação não está dada, ao contrário, é preciso que seus sentidos sejam construídos por cada um e pelo conjunto. (2008, p. 88)

A implicação de todos os professores na aprendizagem desses alunos é que vai de fato possibilitar o avanço desses sujeitos na escola.

#### 4.2. AS CONCEPÇÕES DE INCLUSÃO ESCOLAR DOS PROFESSORES

No quadro abaixo os professores responderam que a inclusão escolar é:

<b>Quadro 5 – O que é inclusão escolar?</b>	
<b>D- Atendimento dos alunos portadores de necessidades especiais na escola regular.</b>	<b>S – É incluir o aluno num contexto escolar.</b>
<b>Z – É a modalidade de educação, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para pessoas com necessidades educativas especiais.</b>	<b>E – Atualmente, vejo que a inclusão escolar se resume em conceder vaga para alunos portadores, de alguma deficiência.</b> Falta estrutura física e profissionais preparados para tal. Para mim, <b>inclusão é muito mais do que permitir o acesso à criança na Escola. É dar as condições necessárias para que a criança se desenvolva, com o cuidado de não ajudar a excluir os outros que poderiam progredir com ritmo mais acelerado.</b> Por conta da inclusão de alguns, excluem-se, ou priva-se outros (muitos) de progredir.
<b>V– É fazer com as crianças com necessidades especiais, precisam de uma educação diferenciada, para atender e desenvolver suas habilidades.</b>	<b>J-O processo de integração, ao ambiente e ao processo pedagógico de pessoas com características próprias que às “marginalizam” do acesso à</b>

	educação.
--	-----------

Ao responderem essa pergunta os professores demonstram uma concepção geral sobre essa temática e do que é preciso para que ocorra tais como: educação diferenciada; integração ao ambiente e ao processo pedagógico; inclusão de alunos com necessidades especiais. A professora **E** destaca a necessidade de práticas educativas diferenciadas quando diz que a matrícula não basta para a realização da inclusão.

Ao responderem a pergunta abaixo, os professores compreendem que os fatores que podem contribuir para o processo de inclusão de um aluno são: a compreensão do acometimento; laudo médico; tipo de necessidade educativa especial; fatores emocionais; cognitivos e sociais; bom acolhimento; um ambiente que desperte o interesse do aluno; embasamento teórico; Formação adequada dos professores; políticas públicas voltadas para a permanência dos alunos na escola; adaptação da estrutura física.

<b>Quadro 6 - Fatores que contribuem para o processo de inclusão dos alunos bem como aspectos que dificultam</b>
<b>D</b> - A compreensão do acometimento do aluno, as possibilidades/desafios de aprendizagem oferecidas, o ambiente acolhedor, uma escola preparada e acessível pedagógica e fisicamente. A falta de qualquer um dos fatores citados pode dificultar, além do bom relacionamento com a família.
<b>Z</b> - Laudo médico, tipo de necessidade educativa especial e etc.. Devemos avaliar, caso por caso, dando o encaminhamento adequado, com o objetivo de pensar <b>qual é o melhor espaço</b> do desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem desde aluno.
<b>V</b> - Fatores: emocionais, sociais, cognitivos do educando. Os mesmo quando não forem bem trabalhados podem dificultar o processo de inclusão.



**S-** Um bom acolhimento; um ambiente que desperte o interesse do aluno; um educador que tenha embasamento teórico para trabalhar com este aluno, **um educador que não gosta e que não quer trabalhar com este aluno**; um aluno que não se sente feliz no ambiente que foi colocado.

**E-** Formação adequada dos professores; políticas públicas voltadas para a **permanência dos alunos na escola**; adaptação da estrutura física. Inclusão é muito mais do que permitir o acesso á criança na Escola. **É dar as condições necessárias para que a criança se desenvolva, com o cuidado de não ajudar a excluir os outros que poderiam progredir com ritmo mais acelerado. Por conta da inclusão de alguns, excluem-se, ou priva-se outros (muitos) de progredir.** Profissionais de saúde trabalhando em conjunto com a escola.

**J-** Políticas públicas e privadas, desenvolvimento de tecnologias.

Nas respostas que estão grifadas<sup>13</sup> aparece implícito que alguns professores acreditam que exista um espaço para os alunos com necessidades educativas especiais. Fica subentendido que esse espaço não é o da escola comum e sim o da escola especial. Além disso, notasse que é delegado ao aluno de educação especial o possível atraso no ensino aos demais alunos da turma, pois o professor vai ter que dispensar maior atenção a ele.

E para completar uma professora destaca na sua escrita (o que na maioria das vezes é camuflado por várias justificativas) que muitos professores não desejam ter que ensinar alunos com necessidades educativas especiais. Retomando a reflexão feita anteriormente neste texto entendo que esse é o fator limitador para o processo de inclusão dos alunos especiais, pois não basta ter acesso a formações, políticas públicas, estrutura física se o professor que é um das partes principais no processo não deseja ensinar o aluno com essas especificidades.

Já no quadro a seguir os professores continuam trazendo contribuições importantes para compreender a concepção de educação especial e inclusão

---

<sup>13</sup> Grifos da autora.

escolar de quem trabalha nas salas de aula comuns e atendem alunos com necessidades especiais.

<b>Quadro 7 - O que é indispensável para que aconteça a inclusão escolar?</b>	
<p><b>D-</b> Todos os fatores anteriores, e também <b>articulação com as equipes de saúde</b> que acompanham o aluno de inclusão.</p>	<p><b>S-</b> Este aluno precisa freqüentar uma <b>escola especializada que tenha educadores capacitados</b> pra isso. Esta inclusão que está acontecendo nos dias de hoje parece mais uma exclusão escolar, pois os alunos <b>são colocados num ambiente que não os aceita</b>, não tem condições de lhe dar toda <b>atenção</b> que precisa, é muito complicado.</p>
<p><b>E- Boa vontade por parte de todos.</b> Número <b>menor de alunos em sala</b> de aula... <b>recursos necessários, trabalho conjunto com a família, escola e saúde.</b></p>	<p><b>J- Vontade política,</b> fundamentalmente</p>
<p><b>.V -</b> Indispensável é a <b>boa vontade do educador</b> em querer trabalhar com estas crianças. <b>Amor pelo ser humano.</b></p>	<p><b>Z-</b> Para que aconteça inclusão escolar, <b>tem que haver respeito á diferença.</b> A questão não é acabar com a diferença, mas oferecer as mesmas oportunidades para todos. Por isso é importante que haja recursos <b>humanos devidamente especializados</b>, suficientes para atender uma demanda significativa de alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular, como também recursos físicos. Atualmente</p>

	<p>o que acontece na rede regular de ensino com o processo de inclusão escolar é <b>que a proposta pedagógica é ótima, mas a estrutura é falha.</b></p>
--	---

A boa vontade aparece como sendo um conceito fundamental ao processo de inclusão e de mudança na concepção de educação especial. Nem todos os professores relatam claramente essa questão que esta implícita em práticas educativas e nos espaços escolares. Políticas públicas estão sendo implementadas há algum tempo, mas se as práticas educativas dos professores não considerarem e respeitarem as diferenças e os saberes dos alunos (Freire,1998) será difícil construir uma escola para e que atenda a todos no real sentido da palavra.

<p><b>Quadro 8 - Todos os alunos podem freqüentar o ensino comum?</b></p>	
<p><b>D - Nem sempre. Há patologias que provocam tantas necessidades que as escolas regulares (comuns) não dariam conta. Não há profissionais para apoio, como auxiliar na higiene, alimentação, deslocamento. Nem sempre temos disponíveis materiais e recursos importantes para o atendimento dos alunos. As turmas são, na maioria das vezes, muito numerosas, e algumas crianças precisam de apoio ou atenção individualizada, para que possam ter ganhos em aprendizagem. Para, além disso, a grande maioria dos professores não tem nenhum preparo,</b></p>	<p><b>Z-</b> A educação é garantida legalmente para todos os alunos, sendo assim, em se tratando de alguns alunos com necessidades educativas especiais os profissionais especializados, devem analisar cada caso, avaliando qual o melhor espaço escolar, ao qual eles efetivamente podem desenvolver suas habilidades nas diferentes áreas do conhecimento.</p>

<p><b>ou apoio, para lidar com portadores de necessidades especiais.</b> Também não há uma <b>articulação entre escola e equipe de saúde</b>, para conhecermos melhor o tipo de manejo necessário para cada um destes alunos.</p>	
<p><b>J-</b> Sim, desde que se proporcionem as <b>condições necessárias</b>. Porque a integração no ambiente “comum” favorece o desenvolvimento humano.</p>	<p><b>V-</b> <b>Depende, porque tem casos seríssimos que o educando não condições de estar em uma escola regular.</b> (ex.: esquizofrênico).</p>
<p><b>S -</b> Acho que <b>tem síndromes que não tem condições de serem trabalhadas numa turma com 30 alunos.</b></p>	<p><b>E-</b> <b>Não. Penso que em determinados casos deve-se preservar a segurança de todos os que transitam na Escola (psicopatas, doentes mentais...).</b></p>

Os professores reconhecem no quadro acima, o direito legal de todos os alunos terem acesso à escola comum, mas ao mesmo tempo destacam que nem todo aluno pode freqüentar esta escola dependendo do tipo de necessidade que esse venha ter.

Os mesmos apresentam alguns casos que acreditam que não podem ser atendidos em escolas comuns que são os psicopatas, doentes mentais, etc. Além disso, destacam a necessidade de condições estruturais e de pessoal qualificado para atendê-los.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dúvidas e inquietações na prática educativa na sala de aula comum com alunos que apresentam necessidades educativas especiais, suscitaram na produção deste trabalho. Constatar diariamente que mesmo com os conhecimentos aprendidos nas formações dos cursos de Pedagogia não estava dando conta de entender e ensinar alguns alunos acarretou na busca de novos conhecimentos para dar conta desse não saber docente.

Por algum tempo consegui manter a minha ignorância (PAIM, 1987) sobre como ensinar os alunos com necessidades educativas especiais, mas com o passar do tempo, essa situação tomou uma dimensão tão grande que não pude permanecer fazendo vistas grossas para o meu não saber frente ao aluno.

O desejo de entender e ensinar o meu aluno, as falas dos colegas sobre os alunos com problemas de aprendizagem e a constatação por minha parte da falta de uma formação permanente oferecida aos professores no interior da escola para tratar desses dois temas: educação especial e inclusão me impulsionaram a buscar por conta própria formação fora da escola.

Esta que aqui é apresentada hoje na forma de pesquisa é uma breve incursão nessa área do conhecimento para compreender as concepções dos professores da educação infantil e do I ciclo de uma escola comum da RME de Porto Alegre sobre a educação especial e a inclusão para poder aprender e ensinar os alunos com necessidades educativas especiais.

Este trabalho também pretende servir como mote para a discussão e problematização junto aos colegas professores a fim refletir sobre as nossas práticas com os nossos alunos com necessidades educativas especiais que há muito tempo transitam por nossas salas de aulas.

A leitura e análise dos questionários apresentaram muitas questões que não puderam ser aprofundadas devido ao pouco tempo para a realização deste trabalho, mas explicitou que os professores têm uma compreensão básica e geral sobre os conceitos de educação especial e inclusão escolar, pois já atendem alguns alunos com essas características. Os professores destacam que somente alguns profissionais especializados podem atender e ensinar os

alunos com necessidades educativas especiais e que nem todos os alunos podem frequentar as escolas e salas de aula comuns.

As respostas das professoras **S** e **E** apresentaram o ponto que pode ser limitador das ações de inclusão e de mudança no trabalho realizado com alunos com necessidades educativas especiais, são elas “o não querer trabalhar/ensinar” os alunos com estas especificidades e a falta de “boa vontade” por parte de alguns professores para ensinar estes alunos.

O que fica de aprendizagem neste breve trabalho de pesquisa é conhecer como os colegas do magistério pensam e como essas concepções influenciam o trabalho de todos nós, pois compreendo que para termos uma educação pública e de qualidade para todos é necessário a participação do coletivo escolar.

Também é necessária por parte das equipas diretivas a organização de espaços de formação nessa área do conhecimento, pois já atendemos diariamente alunos com necessidades educativas especiais, mas não pensamos como coletivo docente que formações e que práticas são necessárias para receber e ensinar a todos igualmente respeitando suas singularidades.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Simone Girardi. **Inclusão escolar e formação continuada de professores:** relações e contrapontos. Poiésis, Tubarão, n. 1, v. 1, p. 86-100, jan./abr. 2008.

BAPTISTA, Cláudio Roberto. **A inclusão e seus sentidos:** entre edifícios e tendas. Trabalho apresentado no 12º Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Conhecimento Local e Conhecimento Universal. Curitiba, 29 de agosto a 1º de setembro de 2004 (Anais em CD). Trabalho (apresentado como palestra) pesquisado na internet em 30 de julho de 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu. **Pesquisa participante:** a partilha do saber. Aparecida, São Paulo: Idéias & Letras, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial.** Brasília, MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução n.º 4 de 2009. **Institui as diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica.** Brasília: MEC/SEESP, 2009.

BRIDI. Fabiane Romano de Souza. **Implicações acerca dos processos diagnósticos e de identificação dos alunos da educação especial no contexto escolar.** Londrina, Anpedsul 2010,

FRAGA, Hilda Jaqueline. **As Bocas de Rua“Eu te vejo, mas você não me vê”:** a cognicidade das memórias (re)sentimentos da cidade invisível. *Teoria & Fazeres:* caminhos da educação popular. Prefeitura de Gravataí. Secretária Municipal de Educação. Gravataí: SMED, 2006, v. 11.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários á prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

PAIN, Sara. **A função da Ignorância:** a gênese do inconsciente. Porto Alegre: Artes Médicas, vol. 2, 1987.

SHOR, Ira; FREIRE, Paulo. **Medo e Ousadia:** o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. Tradução de Adriana Lopes.

TEZZARI, Mauren L.. **Educação Especial e Ação Docente:** da medicina à educação. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 240 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

\_\_\_\_\_. **Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos:** a potencialidade de uma proposta diante de novos contextos e novas demandas. In: I Seminário de Políticas Públicas de Inclusão Escolar no Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação – UFRGS, 2010, Porto Alegre.

\_\_\_\_\_. **“A SIR chegou...”** Sala de Integração e Recursos e a inclusão na Rede Municipal de Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 2002. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

### **Sites Pesquisados:**

[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br) – Acessado de 07 a 11 de maio de 2011.

<http://www.proinesp.ufrgs.br/files/palestras/palestraclaudio.pdf> - Acessado em 30 de julho de 2012.

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17432&Itemid=817](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17432&Itemid=817) – Acessado em 15 de agosto de 2012.



## ANEXO A - QUESTIONÁRIO

### Questionário

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Data do preenchimento do questionário:

1) Possui graduação? \_\_\_\_\_

2) Instituição onde realizou o curso de graduação: \_\_\_\_\_

Ano de conclusão: \_\_\_\_\_

3) Além da graduação possui:

( ) Especialização ( ) concluída ( ) cursando, em que: \_\_\_\_\_

( ) Mestrado ( ) concluída ( ) cursando, em que: \_\_\_\_\_

( ) Doutorado ( ) concluída ( ) cursando, em que: \_\_\_\_\_

( ) Pós Doutorado ( ) concluída ( ) cursando, em que: \_\_\_\_\_

4. Há quanto tempo é professor(a)? \_\_\_\_\_

5. Qual(is) da(s) instituição(ões) trabalha? Ou já trabalhou?

Pública Municipal ( )

Pública Estadual ( )

Pública Federal ( )

Privada ( )

6. Qual(ais) a(s) disciplina(s) ministra atualmente?

\_\_\_\_\_

7. Qual (is) turma(s) atende em 2012? \_\_\_\_\_

Dá aulas para a:

( ) Educação infantil

( ) Anos iniciais do ensino fundamental

( ) Anos finais do ensino fundamental

( ) Ensino médio

( ) Ensino superior

#### ● Questões semi-estruturadas

1. Você tem ou já teve aluno(s) com necessidades educacionais especiais?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

2. Qual necessidade educacional especial este(s) aluno(s) têm(ou tinha)?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

3. O aluno veio com algum tipo de diagnóstico? Como foi realizado?

---

---

4. Quando a família percebeu essa necessidade especial?

---

---

5. Qual a história escolar da criança até ser teu aluno(a)?

---

---

6. Que tipo de escola frequentou?

Escola especial pública ( )

Escola especial privada ( )

Escola comum pública ( )

Escola comum privada ( )

Escola especial e escola comum( )

7. Você tem algum tipo de curso ou formação na área da Educação Especial?Especifique:

---

---

8. O que tu entendes por Educação Especial?

---

---

9. O que é Inclusão Escolar?

---

---

10. Que tipo de formação é importante/necessário ter para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais?

---

---

11. Que fatores podem contribuir para o processo de inclusão de um aluno? E que fatores podem dificultar esse processo?

---

---

12. O que tu consideras indispensável para que aconteça a inclusão escolar?

---

---

---

13. Todos os alunos podem frequentar o ensino comum? Por quê?

---

---